



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000938-07.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Monitória - Cheque**
 Requerente: **DAGOBERTO MONTEIRO RICETTI**
 Requerido: **MARCELO FONSECA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Dagoberto Monteiro Ricetti propôs ação monitória em face de Marcelo Fonseca. Alegou que é credor do requerido na importância de R\$65.000,00 referente ao cheque nº 850015, emitido em 16/12/2013, em nome do réu. Requer o pagamento da quantia supra.

Encartado à inicial veio o referido cheque (fl. 04).

O requerido, devidamente citado (fl. 32), apresentou embargos ao pedido monitório (fls. 33/35). Arguiu preliminar de inépcia da inicial tendo em vista a prescrição do título, bem como ilegitimidade de parte. Alegou, ainda, que perdeu o talão de cheques e que o título em questão não foi emitido por ele; que é pessoa simples e não possui poder aquisitivo para emitir cheques de valor tão alto.

Impugnação aos embargos às fls. 42/43. Não houve réplica.

Por determinação do juízo, adveio ao autos declaração de próprio punho, assinada pelo requerido, e considerando a discrepância entre as assinaturas dos autos (procuração e declaração) foi determinada a vinda do cartão de assinaturas bancário do requerido, juntado às fls. 61/62.

Audiência de tentativa de conciliação infrutífera.

Alegações finais apresentadas pelo requerido às fls. 104/107 e pelo requerente às fls. 108/109.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, afasto o pedido de indeferimento da inicial pela inépcia e ilegitimidade passiva. A via eleita pelo autor para a cobrança do crédito alegado mostra-se



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pertinente. O cheque, embora prescrito, constitui prova escrita da dívida, sem eficácia de título executivo extrajudicial.

Nesse sentido a Súmula 299, do STJ, que informa a admissibilidade da ação monitória fundada em cheque prescrito. Não se exigem, na referida ação, os requisitos da liquidez e exigibilidade do débito, bastando que seja provável o crédito da parte, representado pelo título cambiário, prova escrita da dívida. O autor é possuidor de título cambial não pago, sendo a ação monitória meio necessário e eficaz para a cobrança.

Ainda sobre o tema, a Súmula 503, do STJ que dispõe que o prazo para ajuizamento da ação monitória em face do emitente do cheque sem força executiva é de 05 anos contados da emissão da cártula. Nesse mesmo sentido a Súmula 18, do TJSP: "Exigida ou não a indicação da causa subjacente, prescreve em cinco anos o crédito ostentado em cheque de força executiva extinta (Código Civil, art. 206, § 5º, I)". No caso em tela a ação monitória foi interposta em 04/02/2015 e o cheque foi emitido em 16/12/2013, estando plenamente dentro do prazo prescricional estabelecido. Assim, não se pode falar em inépcia da Inicial que apresentou todos os requisitos necessários para o julgamento da ação.

Nesse diapasão: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. AÇÃO MONITÓRIA APARELHADA EM CHEQUE PRESCRITO. PRAZO QUINQUENAL PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO. INCIDÊNCIA DA REGRA PREVISTA NO ART. 206, § 5º, INCISO I, DO CÓDIGO CIVIL. 1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: "O prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de cheque sem força executiva é quinquenal, a contar do dia seguinte à data de emissão estampada na cártula". 2. Recurso especial provido. (STJ, REsp 1101412/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/12/2013, DJe 03/02/2014)

A ilegitimidade passiva será resolvida durante a análise do mérito, confundindo-se com este.

Pois bem, o autor possui título de crédito não causal no valor de R\$65.000,00, sendo que não conseguiu receber esse valor com a sustação da cártula antes do pagamento. O cheque, como se sabe, é ordem de pagamento à vista, mediante a qual o emitente se obriga a pagar a alguém a quantia determinada, em data certa.

O réu alegou, em primeiro momento, que perdera o talão de cheques e que não tem



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

condições financeiras para emitir título nesse valor. Já em audiência, modificou a sua contestação e alegou que deu um talão de cheques em branco, porém já assinado, para um indivíduo de nome Eurico Aparecido Juliano, para que ele efetuasse negócios para o requerido.

Nesse tocante, pertinente que se condene o requerido por litigância de má-fé, não sendo de se tolerarem comportamentos semelhantes. Fazer uma alegação defensiva para, depois ela ser completamente contrariada pela parte é proceder que se encaixa, perfeitamente, na hipótese do artigo 80, II (alterar a verdade dos fatos) e V (proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo), do NCPC, como de litigância de má-fé, motivo pelo qual fica a parte impugnante punida com o pagamento de 5% do valor atualizado ora discutido.

Superada essa questão, a emissão de um cheque em branco, já assinado, consubstancia-se como se uma procuração fosse outorgada para que a pessoa recebedora do título assinado fale em nome do titular. Assim, ao entregar um cheque assinado, em branco, para terceiro, o requerido permitiu que ele efetuasse negócios de qualquer valor em seu nome.

Nesse sentido: "PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS MONITÓRIOS. PRELIMINAR DE INÉPCIA DO APELO. REJEIÇÃO. CHEQUE PRESCRITO. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA. DEMONSTRAÇÃO DA CAUSA DEBENDI. DESNECESSIDADE. INCUMBÊNCIA DO RÉU DE PROVAR A INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO. ARTIGO 333, II, CPC. SENTENÇA MANTIDA.(...) Nesse contexto, imperioso é o reconhecimento de relação jurídica entre as partes, visto que ao entregar cheque em branco, o emitente assumira o risco de responder pelo valor ali apostado. Assim, constata-se a exigibilidade do título, já que não foi demonstrado fato modificativo, impeditivo ou extintivo do direito do autor. (...) Ao assim agir, assumiu o ônus de garantir obrigação firmada entre seu irmão e o autor, não podendo eximir-se do pagamento do débito com a singela alegação de que o cheque foi preenchido posteriormente pelo requerente, fato esse incontroverso nos autos e que, por si só, não desnatura o título(...) Aliás, o ponto fulcral para a solução da lide é exatamente a declaração do requerido de que entregou a cártula de cheque em branco para ser dada como garantia de pagamento de negócio jurídico firmado entre seu irmão e o autor. Isso é o bastante para a configuração da relação jurídica entre as partes, notadamente porque o requerido não impugnou a existência dessa relação subjacente tampouco demonstrou o cumprimento da obrigação principal pelo seu irmão, do qual figurou como garante (...).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

(STJ. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 583.346 - DF (2014/0237405-2)
RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA).

Por fim, em ação monitória impetrada para a cobrança de cheque prescrito, não é necessário que o credor comprove o negócio jurídico que dá origem ao documento. Basta que o fato constitutivo do direito seja provado, o que ocorreu no caso concreto, com a juntada do cheque ao autos. Cabe ao requerido demonstrar a ocorrência de algum fato extintivo, modificativo ou impeditivo do débito, o que não se deu. O objeto do negócio jurídico, portanto, não tem relevância na lide em questão. Nesse sentido o STJ editou a Súmula 531, que dispõe que "em ação monitória fundada em cheque prescrito ajuizada contra o emitente, é dispensável a menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cártula".

Não há nos autos argumentos capazes de justificar, portanto, o acolhimento dos embargos. O embargante assume ter assinado o cheque em branco e embora alegue que foi vítima de terceiro que realizou negócio em seu nome, sem a sua autorização, foi conivente com a situação e assumiu todos os riscos da entrega da cártula em branco.

Caso deseje, o requerido poderá ingressar com ação regressiva em face de Eurico, já que alega que nada tem a ver com o negócio jurídico realizado entre autor e o terceiro. De acordo com o art. 934, do CC, "*aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou (...)*". No entanto, não poderá o autor deixar de receber o valor pago em negócio jurídico válido.

Ante o exposto, **REJEITO OS EMBARGOS E JULGO PROCEDENTE A AÇÃO** para constituir, de pleno direito, o título executivo, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo, prosseguindo na forma do art. 523, do NCPC.

O valor pretendido na inicial (R\$ 65.000,00) será acrescido de correção monetária desde a data em que o cheque deveria ter sido pago (20/08/2014), com juros de mora de 1% ao mês desde a citação.

Transitada em julgado, e decorrido o prazo de 15 dias sem que tenha havido pagamento espontâneo, apresente o patrono do autor planilha atualizada do débito, nos termos do art. 509, §2º, e 523, do NCPC, consignando os índices utilizados e datas iniciais e finais de consideração dos cálculos, com o acréscimo da multa de 10%, requerendo o que entender pertinente. Caso não haja pagamento, o exequente indicará bens do executado aptos à penhora (no prazo de 10 dias) e expedir-se-á mandado para a penhora, remoção, avaliação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O requerido condenado arcará com as custas e despesas processuais bem como com o honorários advocatícios, os quais fixo em 10% do valor atualizado da condenação, além das penas por litigância de má-fé, como já delineado.

PIC

MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL

Juiz de Direito

(documentos assinado digitalmente)

São Carlos, 29 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**